

NIETZSCHE E FOUCAULT: aproximações e distanciamentos entre as noções de vontade de potência e poder

Nietzsche and Foucault: approximations and distances between the notions of will to power and power

Vânia Cristina da Silva Rodrigues¹

RESUMO: A partir de uma metodologia de análise bibliográfica e a fim de pensar a herança nietzschiana no interior da filosofia de Foucault este trabalho pretende, a partir uma abordagem entre os pensamentos destes dois filósofos, discutir aproximações e distanciamento da noção de poder. Contudo, convém destacar que essa influência deve ser pensada com cautela uma vez que ela implica tanto em continuidade quanto rupturas. O enfoque, portanto, em Foucault estaria em além de uma descrição das práticas ou das técnicas de poder compreender, digamos assim, seu sentido. Em Nietzsche, por sua vez, às relações de poder que pertencem ao domínio da vida, do corpo e da luta entre impulsos, isto é, ao domínio daquilo que o filósofo chama de vontade de potência.

Palavras-chaves: Foucault. Nietzsche. Poder. Vontade de Potência.

ABSTRACT: Based on a methodology of bibliographic analysis and in order to think about the Nietzschean heritage within Foucault's philosophy, this work intends, from an approach between the thoughts of these two philosophers, to discuss approaches and distance from the notion of power. However, it should be noted that this influence should be considered with caution since it implies both continuity and ruptures. The focus, therefore, in Foucault would be in addition to a description of the practices or techniques of being able to understand, so to speak, its meaning. In Nietzsche, in turn, the power relations that belong to the domain of life, the body and the struggle between impulses, that is, to the domain of what the philosopher calls the will to power.

Key-words: Foucault. Nietzsche. Power. Will to Power.

1. INTRODUÇÃO

Talvez um dos aspectos mais ricos do ambicioso projeto de Foucault seja o abandono da visão tradicional do poder. Nesse sentido o filósofo destaca: “já repeti cem vezes que a história dos últimos séculos nas sociedades ocidentais não mostrava a atuação de um poder essencialmente repressivo” (FOUCAULT, 1988, p.79). Ele não se caracteriza como algo repressivo ou destrutivo, mas, sim, como algo produtivo.

Foucault defende que o poder não está em uma única estrutura social, mas é

¹ Professora Adjunta – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Doutora em Educação pela UFSCar. E-mail: vaniacs.rodrigues@gmail.com.

algo que está espalhado em todas as camadas da instituição social, sendo uma relação e não um objeto. Assim, as lutas contra o exercício do poder não são externas, por não estarem isentas de poder. Rejeita a visão de poder no modelo econômico e coloca que a guerra seria o lugar mais propício para compreender o poder.

Para Machado, o conceito de poder em Foucault deve ser entendido como “[...] luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde” (MACHADO, 1982, p. XV).

Ao estudar o pensamento foucaultiano, parece que, num determinado momento, há um refinamento no tocante à questão do poder que pode ser considerado como um progressivo aperfeiçoamento teórico a partir dos domínios empíricos trabalhados. Assim, ao mapear os desdobramentos de seu trabalho, há diversas categorias utilizadas para identificar e entender a dinâmica do funcionamento do poder: poder soberano, poder disciplinar, biopoder, governamentalidade, dentre outras. Elas são diferentes tecnologias de poder postas em funcionamento.

Foucault chega a inferir que o aspecto mais próprio do poder é a relação específica de governo. Trata-se de ações sobre as condutas, sobre as possibilidades de ação dos outros. E se uma especificidade do poder é a ação sobre as ações, cabe colocar que isso nos leva a deduzir que as relações de poder não são da ordem do consentimento, enquanto renúncia da liberdade, pois, para as relações de poder existirem, há um pré-requisito: a liberdade.

Nosso objeto de estudos será analisado, principalmente, através das obras de Foucault *História da Sexualidade* (volume 1) e *Em Defesa da Sociedade* e dos textos contidos na coletânea organizada por Roberto Machado, *Microfísica do Poder*, tendo por meta a análise dos mecanismos de regulação que movem o controle das populações e são responsáveis por potencializar o conceito de biopoder, cuja finalidade é fazer da vida instrumento de poder. Toda essa base teórica servirá de base para pensarmos a seguinte problemática: que aproximações e distanciamentos são passíveis de serem problematizados entre as formas de poder estruturadas por Foucault e o pensamento nietzschiano? Para isso, apresentaremos as definições de poder defendidas tanto por Foucault quanto por Nietzsche.

Por que estudar Nietzsche juntamente com Foucault, e tentar ainda trazer aproximações e distanciamentos em suas ideias no que se refere a questão do poder? Ainda que quase um século separe as vidas e as produções desses filósofos, com eles temos o poder reanalisado, esmiuçado e transformado. Neste exercício de tentar analisar a articulação entre vontade de potência e poder, acreditamos que as relações são sempre arriscadas, pois o poder não tem uma face visível,

identificável, colocada de forma a ser possível localizá-lo e combatê-lo; isso revela um desconforto constante, uma posição insustentável; e qual o sentido que se está dando ao poder, uma vez que para Foucault ele não se constitui em algo que distorce, reprime e mistifica mas, sim, que produz e cria identidades e subjetividades.

2. O PODER EM NIETZSCHE

Em Nietzsche, o poder é visto como uma atividade individual do homem que mantém relações com às ideias de força e potência. O termo força não é sinônimo de violência, assim como a ideia de potência não está associada à opressão, uma vez que a estrutura do poder em Nietzsche está centrada no próprio ser, não está em nenhuma instituição e/ou instância política.

Estamos nos referindo ao poder enquanto atividade, no sentido de dispêndio de força em que o indivíduo busca exercitar a capacidade criadora que subjaz ao humano, fazendo fluir intensamente a própria vida num veio instintivo de liberdade. Em breves sinalizações, poder-se-ia compreender a questão do poder em Nietzsche como energia e focos de força em potencialidade.

Assim, para compreender a questão do poder em Nietzsche apresentaremos brevemente algumas das influências filosóficas sofridas por Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), em especial a de Arthur Schopenhauer (1788-1860) e a de Paul Rée (1849-1901) e, posteriormente, vamos nos ater a noção de vontade de potência.

No que tange à filosofia de Nietzsche, esta foi bastante influenciada por Schopenhauer. O pensamento deste último nasce da crítica à filosofia kantiana. Para Schopenhauer, toda a ética de Kant está em ser e dever-ser; contudo, Schopenhauer exclui o dever-ser, ficando somente o ser. Nesta perspectiva, o filósofo da moral deve-se ater ao que o homem é, e não ao que deveria ser. Com isso, Schopenhauer desconsidera o *progresso moral*, a tarefa da educação e da cultura.

Diferente de Kant, que defende que os homens têm vários deveres, Schopenhauer acredita que há dois deveres sobre nós mesmos: o dever do direito – são impossíveis por causa do princípio auto evidente – e o dever do amor – a moral já encontra pronto o seu trabalho e chega tarde demais. Ao separar o dever da vontade, não se pode obrigar alguém a agir de acordo com a lei moral, ironizando Kant e sua pretensão de querer fundar o mandamento antisuicídio da razão pura.

Schopenhauer, enquanto um pessimista assumido, desenvolveu a teoria de que a vida não tinha nenhum sentido racional e que todos nós somos apenas expressões da vontade, uma vontade de vida instintiva e cósmica, que está entranhada na natureza e em nós. Já Nietzsche irá atribuir à vontade uma outra dimensão, considerando à vontade como uma força positiva sobre o homem,

uma energia que mobiliza e faz o homem ultrapassar os obstáculos e vencer os desafios que se lhe antepõem. A vontade de potência² em Nietzsche é também o conjunto de impulsos cósmicos, dos quais a vontade humana é uma decorrência. Daí reduzir quase tudo na existência à luta pela vontade de poder.

Em *Genealogia da Moral: uma polêmica*, volta-se contra o mestre e intitula-o como o prenúncio de um grande cansaço. Nas palavras do autor, “tratava-se do *valor* da moral – e nisso eu tinha de me defrontar sobretudo com o meu grande mestre Schopenhauer” (NIETZSCHE, 1998, p.11-12).

Nietzsche distancia-se do pensamento schopenhaueriano ao detectar que ele apresenta uma visão budista, uma estima de compaixão – considerada por Nietzsche o grande perigo da humanidade. Enquanto este entendia o conceito de vontade de potência ligado à criação e à superação do homem, Schopenhauer, segundo Nietzsche, via a vontade de poder como uma “vontade que se volta contra a vida” (NIETZSCHE, 1998, p.11).

Enquanto genealogista da moral, Nietzsche foi fortemente influenciado pelas ideias de Paul Rée. Todavia, enquanto este era um admirador de Charles Darwin (1809-1882), aquele defendia que a vontade de potência era um impulso anterior. Na obra *Genealogia da Moral: uma polêmica*, é onde rompe com seus dois antecessores – Schopenhauer e Rée.

Nietzsche vê o conceito de vontade de potência diretamente ligado à transvaloração dos valores cristãos. Na Idade Média, o “bom” cristão deveria se confessar e dizer a verdade durante séculos o cristianismo buscou a verdade através da confissão. A ciência busca a verdade das coisas na vontade de verdade cristã, porém esta verdade se volta contra a moral cristã. A própria consciência cristã acaba se voltando contra ela. Aqui, o filósofo apresenta a tese de que a moral cristã se autodestrói. Para ele, só há o mundo do vir-a-ser, mundo da vontade de potência. Vê a ruína da moral cristã como necessária, sendo a que diagnostica esta crise pela qual passa o homem europeu.

Ainda no que tange ao conceito de vontade de potência, é considerado um dos mais importantes, permeando as mais altas e baixas esferas da existência, apresenta-se como conceito cosmológico, histórico, psicológico e fisiológico. A vontade de potência não é somente a essência, mas, sim, uma necessidade. A apreensão do conceito exige seguir de perto o pensamento do filósofo, recolhendo os fragmentos como quem toma um imbricado quebra-cabeça.

² O conceito foi interpretado das mais diversas formas. Acredita-se que isso seja decorrente principalmente do fato de este estar entre os fragmentos póstumos publicados em 1970 na íntegra. Aqui, utilizo o conceito “vontade de potência” enquanto sinônimo de “vontade de poder” não levando em consideração a etimologia da palavra: Wille zur Macht

No capítulo I de *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*, a pesquisadora Scarlett Marton defende que foi na obra *Assim falou Zaratustra* que Nietzsche apresentou o conceito de vontade de potência³, “referindo-se aos valores dos povos, à sua necessidade e diferença” (MARTON, 1990, p. 29-30):

O conceito de vontade de potência, servindo como elemento explicativo dos fenômenos biológicos, será também tomado como parâmetro para a análise dos fenômenos psicológicos e sociais; é ele que vai construir o elo entre as reflexões pertinentes às ciências da natureza e as que concernem às ciências do espírito (MARTON, 1990, p. 30).

Na Segunda Parte de *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche apresenta pela primeira vez o conceito de vontade de potência ligado à vida e defende: “onde encontrei vida, encontrei vontade de poder; e ainda na vontade do servo encontrei a vontade de ser senhor” e acrescenta “mas não vontade de vida, senão – é o que te ensino – vontade de poder! [...] o que fala é – a vontade de poder!” (NIETZSCHE, 1986, p. 127-128). Para Nietzsche, há sempre a necessidade da vontade, vontade esta capaz de tirar do caos o cosmos e agregar a matéria para assim formar o universo.

A vontade de potência é o que faz com que as coisas se agreguem e desagreguem. Contudo, essa vontade natural não é divina, mas, uma força do universo. Um exemplo dela é perceptível na natureza: um vulcão em erupção arruína uma ilha inteira. Porém, algumas décadas depois, é possível que outra vegetação nasça no local. A isso chamamos vontade da natureza, uma força cega: destruidora e restauradora, sendo regeneradora da vida e de si mesma.

Wolfgang Müller-Lauter, na obra *A Doutrina da vontade de poder em Nietzsche*, apresenta-nos uma caracterização provisória do conceito de vontade de potência. Segundo Müller-Lauter (1997, p.54), “vontade de poder não é um caso especial do querer. Uma vontade ‘em si’ ou ‘como tal’ é uma pura abstração: ela não existe factualmente”. Portanto, todo querer, para Nietzsche, é querer-algo.

O conceito de vontade de potência pode ser igualado a uma lei originária que rege as forças secundárias na economia deste sistema chamado universo. Logo, não é algo criado, nem tampouco depende de condições especiais, como na religião ou em teorias precedentes, pois advém da própria realidade das coisas. Pensando a partir destas premissas, chegamos inevitavelmente à conclusão: “não há nada na vida que tenha valor, a não ser o grau de potência – suposto, justamente, que a vida mesma é vontade de potência” (NIETZSCHE, 1973, p. 384). Esta força que hoje existe só

³ Antes disso, o conceito é abordado em textos não publicados a partir de 1880.

pode ser afirmada através de sua natureza. Assim, em Nietzsche, o termo vontade, de “vontade de potência” ou “vontade de poder”, em nada tem a ver com a vontade livre de um sujeito soberano.

Vontade de potência é a essência e a própria *luta das forças* que formam a economia universal, impulso que reage e resiste no interior das forças, uma multiplicidade de forças que em suas gradações se manifestam na sua forma última em fenômenos políticos, culturais, astronômicos, permeando a natureza e o próprio homem. Talvez, possamos entender o conceito de vontade de potência como uma vontade criadora onde o homem afirma valores criativos que elevam o próprio homem, ou seja, vontade de potência ligada à criação e superação do homem. Essa visão ressalta a luta entranhada da aspiração do homem na busca de consolidar o poder em cada pequena ação, a cada passo dado e as estratégias de ocupar espaço e satisfazer a vontade de potência.

Portanto, o homem é uma corda estendida entre o animal e o além-do-homem. No entanto, para que este novo homem nasça, é preciso que o homem embrutecido pelos valores cristãos desperte para os novos valores (valores terrestres), apontando a morte de Deus⁴ e dos demais deuses enquanto condição para o nascimento do novo homem.

No capítulo V da obra *Nihilismo, Criação, Aniquilamento: Nietzsche e a filosofia dos extremos*, Araldi (2004) destaca diferentes caracterizações do conceito de vontade de potência apresentadas por Nietzsche em diversos fragmentos, a saber: força de tensão, princípio de movimento, força impulsora, essência mais íntima do ser, fato primordial, apetite fundamental, dentre outros. Segundo Araldi (2004, p. 377), “Nietzsche afirma, mas não *prova* suficientemente, que há um movimento constitutivo que permeia o orgânico e o inorgânico, o humano e o cósmico”. E evidencia:

Enquanto “tentativa de uma transvaloração de todos os valores”, o projeto da “vontade de potência” adquire maior determinação, pois abarca os esforços da obra tardia do filósofo de criticar os valores da tradição, de superar o nihilismo, de permitir a elevação do homem e de instituir o pensamento do eterno retorno (ARALDI, 2004, p. 380).

Cabe salientar que, duas interpretações do pensamento nietzschiano acabaram impondo-se: a de Martin Heidegger e a de Michel Foucault. Nesse sentido Marton (2000, p. 171) destaca que, por um lado, “Heidegger, com seu fino e preciso trabalho filológico, julgou que a empresa nietzschiana consistia em levar a metafísica até as últimas consequências” e, por outro, “Foucault, com a amplitude e audácia de sua visão, entendeu que ela residia em inaugurar novas técnicas de

⁴ Segundo Canevacci (1981, p.183-184), “Nietzsche não concebeu o projeto de matar Deus. Encontrou-o morto na alma de seu tempo [...] Deus morreu por obra do cristianismo, na medida em que esse secularizou o divino. Deve-se entender por cristianismo, aqui, o cristianismo histórico e ‘sua duplicidade profunda e desprezível’”.

interpretação”. E infere: “um atenuou a reflexão do filósofo para pôr em relevo a sua própria; o outro dela se apropriou enquanto caixa de ferramentas” (MARTON, 2000, p.171).

Veremos a seguir que Foucault, seguindo Nietzsche, acredita que o poder se manifesta como resultado da vontade que cada um possui de atuar sobre a ação do outro, ou seja, a vontade de governá-lo. Além disso, cabe salientar que o poder é ação, que só tem existência e pode ser definido enquanto exercido. O conceito deve ser entendido como relação: ação sobre ações, não há “o poder”.

3. AS REVIRAVOLTAS NA CONCEPÇÃO DE PODER EM FOUCAULT

Poucos pensadores contemporâneos terão exercido um impacto mais fortemente liberador e criativo sobre o conjunto das ciências humanas do que Michel Foucault. A amplitude do legado de sua reflexão evidencia o caráter generoso de suas ideias, que se disseminaram e renovaram campos distintos da investigação das ciências humanas. No entanto, seu legado teórico não se esgota apenas na renovação de áreas já estabelecidas de conhecimento, mas se deixa comprovar, e talvez de maneira ainda mais evidente, na capacidade de formular conceitos que instigam a formação de novos problemas e campos de investigação.

O poder em Foucault, assim como o sujeito e o saber, tem um papel fundamental, e essa questão é levada, analisada e estudada de maneira peculiar, posto que o filósofo vai buscar uma visão microscópica, e não “de satélite”. Foucault utiliza o termo “analítica do poder” para justificar que não é seu objetivo elaborar uma teoria geral de poder, mas descrever certas características gerais do poder e seu funcionamento através de épocas e períodos históricos.

Foucault é enfático ao marcar sua filiação à noção de poder de Nietzsche. No curso Em Defesa da Sociedade, proferido por Foucault de 1975 a 1976, no Collège de France, em oposição a uma concepção que o filósofo chama de concepção *jurídica de poder*, Foucault apresenta uma concepção *política de poder*, que seria aquela de inspiração nietzschiana e aquela que será adotada por ele mesmo: o poder pensado enquanto instância de luta, combate ou guerra.

A concepção jurídica de poder, que Foucault também chama de poder soberano, pensa o poder enquanto um bem e enquanto relação de troca que visa, ou visaria, em última instância, o apaziguamento entre os homens; seu principal instrumento é a lei. “O poder é aquilo, concreto, que todo indivíduo detém e que viria a ceder, total ou parcialmente, para constituir um poder, uma soberania política” (FOUCAULT, 2000, p. 20). Em contrapartida, a concepção política de poder pensa o poder como relação de força. “Parece-me - diz Foucault - que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força” (FOUCAULT, 2003, p. 88); forças

que se enfrentam em vistas da dominação; seus instrumentos, são muito diversificados, e a lei ou o Direito é somente um deles.

Esta ideia de poder é onipresente não porque ela tudo engloba em uma unidade, mas porque ela vem de todos os lugares. Ela não depende de uma intencionalidade consciente para funcionar, ela não resulta de decisões e escolhas de um sujeito individual. Se ele vem de todos os lugares, é fácil perceber também que a noção mesma de resistência é um movimento interno ao poder. O próprio poder só pode existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência.

A partir dos anos setenta, o projeto de Foucault caminhará em direção àquilo que se chama *analítica do poder*. Seus textos serão dedicados à maneira com que a razão moderna sempre foi indissociável de modos de racionalização da dimensão prática vinculados às premissas de um biopoder. Ao estudar a constituição do sistema punitivo moderno, com seu ordenamento jurídico e suas prisões, ao estudar às práticas governamentais de gestão social, ao estudar a história da sexualidade, Foucault procurava compreender como a razão é indissociável de um mecanismo de normatização da vida.

Os conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder surgiram como o ponto terminal de sua genealogia. Ao mesmo tempo em que eram depositários de um conjunto de análises e conceituações previamente estabelecidos, tais conceitos também inauguraram deslocamentos em relação àquilo que o autor havia pensado anteriormente, em obras como *A Verdade e as Formas Jurídicas* (FOUCAULT, 1999) e *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1984).

Como se sabe, o ponto de partida da genealogia foucaultiana foi a descoberta dos micropoderes disciplinares que visavam a administração do corpo individual, surgidos durante o século 17 em consonância com a gradativa formação de todo um conjunto de instituições sociais como o exército, a escola, o hospital, a fábrica etc. Foucault chegaria aos conceitos de biopoder e biopolítica ao vislumbrar o aparecimento, ao longo do século 18 e, sobretudo, na virada para o século 19, de um poder disciplinador e normalizador que já não se exercia sobre os corpos individualizados nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade, mas se concentrava na figura do Estado e se exercia a título de política estatal que pretendia administrar a vida e o corpo da população.

Evidentemente, esta descoberta pressupunha combinar as análises desenvolvidas em *Vigiar e Punir*, definidas como uma “anátomo-política do corpo”, com o que Foucault agora denominava, no volume I da *História da Sexualidade*, como a “biopolítica das populações”. Se não há contradição entre poder disciplinar e biopoder, os quais têm nos processos de normalização sua base comum, não se pode deixar de notar que a introdução da biopolítica impôs uma mutação no curso das pesquisas genealógicas de Foucault.

A partir do momento em que passou à análise dos dispositivos de produção da sexualidade, Foucault percebeu que o sexo e, portanto, a própria vida, se tornaram alvos privilegiados da atuação de um poder que já não tratava simplesmente de disciplinar e regradar comportamentos individuais, mas que pretendia normalizar a própria conduta da espécie ao regradar, manipular, incentivar e observar fenômenos que não se restringiam mais ao homem no singular, como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida etc.

A partir do século 19 já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produzia por meio da atuação específica do biopoder não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas era a própria gestão da vida do corpo social. O sexo se tornou então um foco privilegiado para o controle disciplinar do corpo e para a regulação dos fenômenos da população, constituindo-se o que o autor denominou como dispositivo da sexualidade.

A sexualidade, tal como produzida por uma rede de saberes e poderes que agem sobre o corpo individual e sobre o corpo social, tornou-se a chave para a análise e para a produção da individualidade e da coletividade. A partir dessa mutação, as figuras do Estado e do poder soberano, das quais Foucault se afastara anteriormente a fim de compreender o *modus operandi* dos micropoderes disciplinares, tornaram-se então decisivas, pois constituíam a instância focal de gestão das políticas públicas relativas à vida da população.

Foucault demonstra essa importante transformação que afetou a forma de atuação do poder soberano no capítulo final da *História da Sexualidade*. Sua tese era a de que, a partir da virada para o século 19, deu-se um importante deslocamento na forma de exercício do poder soberano, que passou a se afirmar não mais como um poder de matar a vida, mas sim como um “poder que gere a vida”.

Neste texto Foucault apresenta cinco proposições sobre o conceito, a saber: a primeira, o poder é ato – “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarda ou se deixa escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 1988, p. 89-90). A segunda, as relações de poder são imanentes – “são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem [...] não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor” (Foucault, 1988, p.90). Na terceira, “o poder vem de baixo [...] não há uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados” (Foucault, 1988, p.90). A quarta, as relações de poder são intencionais, “não há poder que se exerça sem uma série

de miras e objetivos” (Foucault, 1988, p. 90) e, finalmente, a quinta: se “há poder há resistência”.

E acrescenta:

[...] não existe, com relação ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1988, p. 91).

Agora, interessava ao poder estatal estabelecer políticas públicas por meio das quais poder-se-ia sanear o corpo da população, depurando-o de suas infecções internas. É justamente nesse ponto que a genialidade analítica de Foucault se evidencia: ali onde nosso sentido comum nos levaria a louvar o caráter humanitário de intervenções políticas que visam incentivar, proteger, estimular e administrar o regime e as condições vitais da população, ali mesmo nosso autor descobrirá a contrapartida sangrenta desta nova obsessão do poder pelo cuidado purificador da vida.

Foucault compreendeu que, a partir do momento em que a vida passou a se constituir como elemento político por excelência, o qual tem de ser administrado, calculado, gerido, regado e normalizado por políticas estatais, o que se observa não é uma diminuição da violência. Pelo contrário, tal cuidado da vida de uns traz consigo, de maneira necessária, a exigência contínua e crescente da morte em massa de outros, pois é apenas no contraponto da violência depuradora que se podem garantir mais e melhores meios de sobrevivência a uma dada população.

Sob as condições impostas pelo exercício do biopoder, o incremento da vida da população não se separa da produção contínua da morte, no interior e no exterior da comunidade entendida como entidade biologicamente homogênea: “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 1988, p. 130). É por isso que, ao longo do século 19, se opera uma transformação decisiva no próprio racismo, que deixa de ser um mero ódio entre raças ou a expressão de preconceitos religiosos, econômicos e sociais para se transformar em doutrina política estatal, em instrumento de justificação e implementação da ação mortífera dos Estados, como já o observara Hannah Arendt.

A descoberta da importância política do racismo como forma privilegiada de atuação estatal, fartamente empregada ao longo do surto imperialista europeu do século 19 e radicalizada cotidianamente ao longo do século 20, encontrando no nazismo e no stalinismo seu ápice, tem de ser compreendida em termos daquela mutação operada na própria natureza do poder soberano. Num contexto biopolítico não há Estado que não se valha de formas amplas e variadas de racismo

como justificativa para exercer seu direito de matar em nome da preservação, intensificação e purificação da vida.

O racismo justifica os mais diversos conservadorismos sociais na medida em que institui um corte no todo biológico da espécie humana, estabelecendo a partilha entre “o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 304). Na medida em que os conflitos políticos do presente visam a preservação e intensificação da vida do vencedor, pois os inimigos deixam de ser opositores políticos para ser considerados como entidades biológicas. Já não podem ser apenas derrotados, têm de ser exterminados, pois constituem perigos internos à raça, à comunidade, à população: “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2010, p. 305).

4. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Em Nietzsche sabemos que as forças atuantes na vontade de potência provêm do corpo, do desejo e de impulsos inconscientes, em Foucault a origem das forças não é muito explícita. Afinal, em diversos momentos o filósofo insiste que mais do que tratar sobre a natureza das forças envolvidas nas relações de poder, interessa-lhe pesquisar seus mecanismos. Em oposição à concepção jurídica de poder, por exemplo, enfatiza que “o poder não se dá [como um bem], não se troca nem se retoma, mas se exerce” (FOUCAULT, 2000, p. 175).

O enfoque, portanto, estaria mais do lado das práticas de poder do que propriamente do lado das forças que o compõem. Foucault confirma: trata-se de “estudar o poder, de certo modo, do lado de sua face externa, no ponto em que ele está em relação direta e imediata com o que se pode denominar “[...] seu objeto, seu alvo, seu campo de aplicação, no ponto, em outras palavras, em que ele se implanta e produz seus efeitos reais” (ibidem, p. 33).

Dizer, contudo, que a analítica do poder, em Foucault, se concentra nas práticas e nos mecanismos de poder não significa dizer que a genealogia foucaultiana consiste simplesmente numa descrição das práticas reais e efetivas do poder, sejam elas discursivas ou não discursivas, ditas ou não ditas. A dificuldade toda está precisamente aqui, pois além de uma descrição das práticas ou das técnicas de poder, Foucault quer ainda compreender, digamos assim, seu sentido. Por isso, procura também por uma racionalidade ou princípio de inteligibilidade imanente às próprias práticas. E o que permite Foucault compreender as diferentes práticas que analisa é a estratégia que as une. Assim, se “o poder funciona” (FOUCAULT, 2000, p. 35), esse funcionamento se dá em

função de uma determinada estratégia. A inteligibilidade do poder, em Foucault, portanto, está na estratégia que permeia suas práticas. É nesse sentido que o poder pode ser definido como “situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2003, p. 89) ou ainda, diria, como dispositivo, entendendo por dispositivo um conjunto de práticas que possui uma estratégia comum.

5. CONCLUSÃO

Ao longo de sua filosofia, Foucault afirma a autoridade de Nietzsche na sua compreensão de mundo, chegando a declarar: “todo o meu devir filosófico foi determinado por minha leitura de Heidegger. Mas reconheço que Nietzsche preponderou [...]” (FOUCAULT *apud* ERIBON, 1990, p. 45). Além disso, neste trabalho podem ser observadas as semelhanças no âmbito “produtivo” do poder.

Para Nietzsche, toda vontade é uma vontade de potência que é a determinação da qual depende toda e qualquer forma individual de querer. Além disso, a vontade de potência está além do domínio da vida humana, abarcando a vida e os demais âmbitos relevantes enquanto impulsionadora de multiplicidade de forças no mundo. E, neste mundo, possuindo seus aspectos orgânicos e inorgânicos, a vida não aparece como representante de todas as forças implicadas na sua sustentação.

Foucault, ao que se entende, parece trazer o conceito de poder não como algo natural e instintivo, mas, sim, como algo material e intrínseco às relações entre os seres humanos. As relações de poder surgem das próprias relações sociais, logo, só existe enquanto é exercido. Talvez, uma das possíveis diferenciações entre o conceito de vontade de potência, em Nietzsche, e poder, em Foucault, derive justamente do fato de o segundo dar-se em meio a relações sociais, ou seja, relações familiares, econômicas, políticas, dentre outras.

Tanto Nietzsche quanto Foucault tratam do poder como um sistema de forças em intensas relações. Todavia, embora Foucault tenha sido atravessado pelo pensamento nietzschiano em sua perspectiva metodológica, tanto o conceito de vontade de potência quanto o conceito de poder apresentam peculiaridades e não podem, em hipótese alguma, serem considerados sinônimos. Entretanto, concordo, que estes apresentam convergências, indicando discursos bastante próximos.

REFERÊNCIAS

- ARALDI, Clademir Luís. **Nihilismo, Criação, Aniquilamento**: Nietzsche e a filosofia dos extremos. São Paulo: Discurso Editorial: Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2004.
- CANEVACCI, Massimo. **Dialética do indivíduo**: o indivíduo na natureza, história e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ERIBON, Didier. **Michel Foucault, 1926-1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. VII - XXIII.
- MARTON, Scarlett. **Extravagâncias**: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche. São Paulo: UNIJUÍ, 2000.
- MARTON, Scarlett. **Nietzsche**: das forças cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. **A Doutrina da vontade de poder em Nietzsche**. São Paulo: ANNABLUME, 1997.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Os pensadores**. vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1973.